

Valéria Lopes Peçanha

VIII ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA  
EDUCAÇÃO BÁSICA

GT 06: GÊNERO NA ESCOLA: FORMAÇÃO DISCENTE E RECONHECIMENTO DE  
CORPOREIDADES MÚLTIPLAS

Práticas interseccionais de extensão acadêmica na Amazônia paraense

Belém, Pará

2023



## PRÁTICAS INTERSECCIONAIS DE EXTENSÃO ACADÊMICA NA AMAZÔNIA PARAENSE

Valéria Lopes Peçanha <sup>1</sup>

### RESUMO

No presente trabalho aborda-se a produção de espaços de problematização pelo projeto de extensão *Diálogos interseccionais da Educação sobre questões étnico-raciais, de gênero e sexualidade e da condição juvenil no Baixo Amazonas*, com vistas à integração da comunidade acadêmica do IFPA Campus Santarém, de profissionais atuantes na questão de gênero e sexualidade nos espaços institucionais da região do Baixo Amazonas, de organizações de mulheres e movimentos sociais negro, quilombola e indígena, além da população santarena em geral. Tendo como referência as perspectivas da interseccionalidade e da decolonialidade, buscamos construir abordagens transdisciplinares, participativas e horizontais de temas de interesse educacional - tais como, igualdade de gênero, respeito à diversidade cultural e sexual, combate ao racismo, à desigualdade social e às múltiplas formas de opressão -, contribuindo para o fortalecimento do projeto político-pedagógico do IFPA, através de atividades construídas por uma equipe formada por 6 estudantes e 3 professoras no 2º semestre de 2022.

**Palavras-chave:** Educação, Interseccionalidade, Igualdade de gênero, Juventude, Amazônia.

### INTRODUÇÃO

O retorno ao espaço físico das escolas no ano letivo de 2022, após o período do ensino remoto adotado pela educação pública brasileira como medida de distanciamento social motivado pela pandemia de coronavírus entre os anos de 2020 e 2021, trouxe consigo desafios, urgências e oportunidades relacionadas às mudanças na política educacional - da reforma do Ensino Médio à mudança na governamentalidade - no sentido de, frente à um amplo processo que qualificaremos como uma corrosão do direito à Educação, reafirmarmos os princípios da educação para a democracia tal como previsto na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) n.º 9394/1996: educar para a cidadania, para a ciência e cultura e para o trabalho.

No tocante à comunidade acadêmica do IFPA *Campus Santarém*, enquanto parte da rede nacionalizada de Institutos Federais de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia, o

---

<sup>1</sup> Socióloga, doutora em Educação pela UERJ, professora EBTT de Sociologia no IFPA *campus Santarém*, coordenadora do Núcleo de Estudos de Gênero e Diversidade Sexual (NEGED) e líder do Grupo de Pesquisa em Educação do IFPA. E-mails: [valeria.lopes@ifpa.edu.br](mailto:valeria.lopes@ifpa.edu.br) / [neged.santarem@ifpa.edu.br](mailto:neged.santarem@ifpa.edu.br).

objetivo de “promover e fortalecer os arranjos produtivos, sociais, culturais e educacionais e apoiar o desenvolvimento local e a socialização de tecnologias” (CARMO, 2015, p. 92) - que caracteriza a política educacional a qual institucionalmente nos vinculamos - teve reafirmada, neste contexto de plena retomada das atividades presenciais, a pertinência do diálogo com as populações afro-brasileiras e indígenas, com as demandas sociais e os sujeitos coletivos da região do Baixo Amazonas para a efetivação dos direitos sociais, para a inclusão e ampliação do acesso à Educação, para a promoção da cidadania desde o cotidiano escolar, para o fortalecimento de perspectivas emancipatórias da Educação brasileira.

Neste quadro, propusemos e desenvolvemos o projeto de extensão *Diálogos interseccionais da Educação sobre questões étnico-raciais, de gênero e sexualidade e da condição juvenil no Baixo Amazonas*, tendo como objetivo a integração da comunidade acadêmica, de profissionais atuantes na questão de gênero e sexualidade nos espaços institucionais, de organizações de mulheres e movimentos sociais negro, quilombola e indígena, além da população santarena em geral.

Nossa perspectiva de produção de diálogos interseccionais na Educação pretendeu partir das múltiplas diferenças e desigualdades pertinentes ao contexto regional em que nos situamos, sem produzir, reproduzir e/ou reforçar hierarquizações entre os múltiplos marcadores da diferença (PISCITELLI, 2008) como gênero e sexualidade, raça e etnia, classe social e critério etário, dentre outros presentes em nosso escopo de observação e intervenção, pertinentes aos processos de identificação e que, não raro, se constituem como formas de opressão que desafiam a ação institucional. Neste sentido, buscou-se identificar demandas de aprofundamento do diálogo com os sujeitos que compõem a comunidade escolar e a aproximação dos sujeitos coletivos das comunidades atendidas pelo IFPA *Campus Santarém* na região do Baixo Amazonas.

De modo atento às especificidades de nossa formação social, nos marcos de uma subalternidade histórica nas relações transnacionais e até mesmo regionais estabelecidas pela colonialidade do poder, propomos ainda uma perspectiva intercultural como modo de “torna[r] visível a diferença colonial” (WALSH, 2019, p. 27) para possibilitar deslocamentos neste “sistema mundo moderno/colonial”, tendo em vista que a diferença colonial constitui as desigualdades basilares do Brasil, sendo particularmente relevante no contexto regional da Amazônia e do Baixo Amazonas, em que a exploração oriunda das dinâmicas do mercado mundial se coaduna com a subalternidade que caracteriza a integração da Amazônia no projeto político-econômico brasileiro (CASTRO, 2017).



## FUNDAMENTOS TEÓRICOS

No presente projeto, temos a interseccionalidade como ferramenta analítica que prioriza as interações entre marcadores da diferença nas articulações produtoras de desigualdades, de modo alternativo a abordagens mais unilaterais e tradicionais que, priorizando um determinado marcador de desigualdade, tendem a desconsiderar a complexidade que se apresenta na contingência observada. Tomamos, então, a interseccionalidade como uma perspectiva produtiva para “pensar como construções de diferença e distribuições de poder incidem no posicionamento desigual dos sujeitos” (PISCITELLI, 2008, p. 269).

Sob esta ótica, as categorias - raça e etnia, gênero e sexualidade, classe e idade, para citar as mais claramente relacionadas à nossa proposta - importam igualmente e a dinâmica relacional estabelecida entre estas é parte central tanto dos questionamentos nos diálogos propostos, quanto das respostas coletivamente produzidas.

Tivemos como foco no desenvolvimento deste projeto a urgência do combate às violências que afetam as vidas das mulheres santarenas<sup>2</sup> e transpassam o espaço escolar, destacando-se entre as questões de gênero e sexualidade em contextos educacionais. Cabe resgatar que, a partir dos anos 90, os estudos sobre violência seriam reposicionados no giro epistêmico que deslocaria a noção da violência da clássica perspectiva do conflito, para ser abordada como

uma força social que estrutura as relações interpessoais, ações coletivas e relações sociais de modo geral, sobretudo no contexto da análise das situações da violência contra a mulher e de gênero. As manifestações da violência presentes nas relações interpessoais e de gênero são estruturantes, seja pelo fato de normatizar, modelar e regular as relações interpessoais entre homens e mulheres em nossa sociedade, seja pela forma indistinguível de poder que assumem, seja pela dimensão quantitativa que apresentam. (BANDEIRA, 2017, p. 19)

Nos contextos escolares brasileiros, tal questão tem sua importância reconhecida desde que a pesquisa Juventude e Sexualidade (ABRAMOVAY, 2004), desenvolvida pela UNESCO, revelou a escola como um espaço de violência sexual cotidiana regida por certa cultura de silenciamento de tais casos, tornando visíveis opressões sistematicamente ocultadas contra as “atitudes de repúdio ou denúncia”, individuais ou coletivas de estudantes (ABRAMOVAY, 2004, p. 261).

---

<sup>2</sup> A questão da violência de gênero se impôs como temática urgente nas ações do projeto de extensão, se colocando tanto como demanda da comunidade nos espaços de diálogos criados, como também em nossas observações sobre a recorrência de casos de feminicídio e outros tipos de violência contra a mulher na região.



No quadro das ocupações estudantis ocorridas entre os anos de 2015 e 2016 em defesa das políticas educacionais, novamente as demandas de gênero e sexualidade seriam enfaticamente colocadas pela ação estudantil na cena pública e, com efeito, compreendidas como a principal caracterização da participação política estudantil contemporânea por diversos autores (PEÇANHA, 2022).

No tocante à região da Amazônia paraense, a violência de gênero nas escolas demanda estudos capazes de reconhecer suas especificidades. Em pesquisa recente realizada por Cristiano Comin (2022) sobre esta temática, o enfrentamento a este tipo de violência no IFPA coloca-se como uma urgência, configurada pela percepção dos estudantes tanto de que há forte incidência de assédio sexual no espaço acadêmico quanto de que há inação institucional nestes casos.

Tendo como base os *campi* do IFPA de Conceição do Araguaia e Santarém, o autor problematiza que:

Foram recorrentes os relatos que denotam a dificuldade das pessoas, neste caso dos/as discentes, de identificar uma situação de assédio ou abuso, corroborando com a proposta da pesquisa de subsidiar a realização de ações institucionais de combate à violência de gênero, especialmente na orientação ao corpo discente para saber identificar quando esta ocorre. (COMIN, 2022, p. 70)

Embora só tenhamos tido contato com esta pesquisa após a realização do projeto, destacamos a sua pertinência para as nossas reflexões no presente trabalho e para estudos futuros, pondo em relevo a abertura destes diálogos pelo projeto de extensão. A crítica de Comin dimensiona a violência sexual e de gênero no IFPA, indicando que “mais que 2/5 dos estudantes participantes da pesquisa já vivenciaram alguma situação de assédio, e desta parcela aproximadamente 60% são mulheres e 40% homens” (COMIN, 2022, p. 69) e que “em todos os casos relatados, os agentes causadores são servidores (homens), sendo na grande maioria dos casos, mais que 85% professores, e pouco menos que 15% técnicos administrativos, denotando a ocorrência da violência pela relação de poder entre docente e estudantes” (p. 69).

Vemos no processo de fortalecimento da visibilidade das minorias políticas no Brasil e no mundo, através da afirmação dos movimentos feminista, negro, indígena e LGBTI na cena pública – ainda que não sem resistência racista, misógina e homofóbica – potencialidades significativas para as lutas sociais também nos territórios da Amazônia.

Neste processo, em que se destaca a potencialidade da Educação, afirmamos também a pertinência da perspectiva intercultural para a compreensão das especificidades da formação

social amazonida e brasileira, atravessadas pela colonialidade do poder. Consideramos como Walsh que:

a interculturalidade é um paradigma "outro", que questiona e modifica a colonialidade do poder, enquanto, ao mesmo tempo, torna visível a diferença colonial. Ao agregar uma dimensão epistemológica "outra" a esse conceito uma dimensão concebida na relação com e através de verdadeiras experiências de subordinação promulgadas pela colonialidade a interculturalidade oferece um caminho para se pensar a partir da diferença e através da descolonização e da construção e constituição de uma sociedade radicalmente distinta. O fato de que esse pensamento não transcenda simplesmente a diferença colonial, mas que a visibilize e rearticule em novas políticas da subjetividade e de uma diferença lógica, torna-o crítico, pois modifica o presente da colonialidade do poder e do sistema mundo moderno/colonial. (WALSH, 2019, p. 27)

Com tal perspectivação buscamos rejeitar relativismos culturais recorrentemente utilizados, tais como em abordagens redutoras das diferenças culturais como diversidade e de suas interações como multiculturais, tendo em vista que a diferença colonial constitui desigualdades basilares do Brasil, sendo particularmente relevante no contexto regional da Amazônia e do Baixo Amazonas. Considerando, como Scott (1995), que os sujeitos são constituídos pela experiência, propomos uma perspectivação atenta aos aspectos políticos da produção de subjetividades pela colonialidade do poder e comprometida com aberturas possíveis dos horizontes de entendimento do mundo e de ação dos sujeitos nos diálogos produzidos.

## ASPECTOS METODOLÓGICOS

Intercalando reuniões virtuais e presenciais da equipe, estruturamos nossa metodologia, o calendário de ações e as confluências de disponibilidades, mesclando o caráter organizativo ao formativo destes encontros, de modo que o interesse inicial pela temática foi dando forma ao propósito do grupo em construir diálogos mais amplos sobre gênero e sexualidade, raça, classe e juventude.

Na condição de socióloga, doutora em Educação e como proponente e coordenadora do projeto, pude trabalhar os princípios teóricos basilares do mesmo, tais como a interculturalidade – como forma de tornar visível a diferença, questionando-a e buscando transformá-la – e a interseccionalidade, considerada como “ferramenta analítica que prioriza as interações entre marcadores da diferença nas articulações produtoras de desigualdades” e vista por nós como perspectiva produtiva para “pensar como construções de diferença e distribuições de poder incidem no posicionamento desigual dos sujeitos” (PISCITELLI, 2008, p. 269) de modo que raça e etnia, gênero e sexualidade, classe e idade importam.

No que tange a organização deste projeto de caráter interdisciplinar, construímos equipes mesclando estudantes e docentes de modo a obter pequenos grupos mais diretamente engajados nas atividades previstas e, portanto, mais cientes de suas atribuições, construindo ainda oficinas de formação e de organização. Das atividades previstas inicialmente<sup>3</sup> foi possível realizar no decurso do 2º semestre/2022: 1) Ciclo de palestras “Direitos das mulheres e o combate à violência de gênero” em parceria com a OAB Santarém e com a Fundação Pará Paz em setembro/2022 (IMAGEM I e II) e 2) Palestra com o Prof. Dr. Alan Augusto Moraes Ribeiro do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Oeste do Pará (ICED-UFOPA) intitulada "Educação antirracista e gênero na Amazônia" em parceria com o NEABI/IFPA Santarém e com o GERE/UFOPA na X Semana Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFPA *Campus* Santarém e na Semana Municipal da Consciência Negra e de Ação Antirracista no município de Santarém, instituída pela Lei Municipal n.º 21532/2022 (IMAGEM III e IV).

No tocante à segunda atividade intitulada "Educação antirracista e gênero na Amazônia" com a palestra do Prof. Dr. Alan Augusto Moraes Ribeiro (ICED-UFOPA) de modo integrado à X Semana Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFPA *Campus* Santarém, destacamos o sucesso de público e a expressiva interação dos presentes com o palestrante, reafirmando a pertinência da abordagem da questão racial em articulação às questões de gênero na Educação.

Cabe destacar que, partindo do princípio da juventude como sujeito da Educação<sup>4</sup>, a presença discente nas atividades se estendeu do planejamento das atividades até sua organização e realização.

Nas oficinas de formação, buscamos reconhecer as múltiplas desigualdades que atravessam os espaços educacionais e o cotidiano de nossos estudantes, reconhecendo:

I. o racismo estrutural que caracteriza a sociedade brasileira, fortalecendo a temática nas relações étnico-raciais nas ações de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFPA, contribuindo com o fortalecimento de identidades sociais na Amazônia e com o fomento do debate público pautado pela alteridade e pela defesa da igualdade no quadro histórico atual;

---

3 Inicialmente o projeto pretendia realizar 5 (cinco) atividades distribuídas entre os meses de agosto e dezembro/2022, com temas e atores distintos. Contudo, em função das demandas acadêmicas dos membros do projeto, da confluência de atividades no calendário institucional e das desistências de alguns colaboradores, alguns diálogos foram priorizados enquanto outros devem ser desenvolvidos futuramente.

4 Tenho me orientado por este princípio em minhas práticas como docente e pesquisadora, de modo que este “me impulsionou: 1) investigar contestações estudantis dirigidas à escola e à sociedade, 2) considerar a experiência estudantil sobre o cotidiano escolar, 3) construir práticas político-pedagógicas para a autonomia”, conforme abordei anteriormente (PEÇANHA, 2017, p. 25).

II. os tipos de violência contra a mulher que englobam múltiplas formas como as violências doméstica, sexual (como importunação, assédio sexual e estupro), patrimonial, violência verbal e assédio moral, além da violência política de gênero e do feminicídio, mobilizando alguns dos indicadores brasileiros.

Deste modo, nos debates com os palestrantes e para além deles<sup>5</sup>, foi possível oportunizar o reconhecimento do quadro local e regional na construção do projeto, ampliando com o público os conhecimentos sobre desigualdades e direitos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a metodologia dialógica construída pela equipe<sup>6</sup>, foram trazidas pelo público questões como: “Dá para reagir à violência contra a mulher? Como e até que ponto?/ Como denunciar sem se expor e com garantia de segurança pessoal?/ Caso a polícia não garanta a segurança da mulher que pede socorro, como agir?/Considerando a ampla impunidade, como a justiça e o poder público podem garantir os direitos das mulheres em situação de violência?/ Quais são os espaços de acolhimento das mulheres santarenas em caso de violência, assédio e/ou importunação sexual?”.

Deste modo, verificou-se a presença da violência no cotidiano do público e, por consequência, sua identificação com a temática, reafirmando sua relevância: “Presenciei brigas entre os meus pais envolvendo agressão (...) com apenas 3 anos de idade. Obrigado pela palestra!”. Destacamos, portanto, a importância de abordagens relacionadas à igualdade de gênero na Educação, bem como do fortalecimento do diálogo interinstitucional.

Em contato com os dados sobre violência sexual no espaço acadêmico no IFPA produzidos por Comin (2022), entende-se o presente projeto de extensão como um tipo de intervenção que potencialmente transforma essa realidade, na medida em que combate violência com informação e articulação, possibilitando a ruptura do silenciamento e da invisibilidade das vítimas.

---

5 A partir do projeto outras oportunidades de diálogo foram criadas, como a participação discente na X SIEPEX apresentando o trabalho intitulado “A abordagem do combate à violência contra a mulher na Extensão do IFPA-Campus Santarém”, elaborado em parceria com a coordenadora. Institucionalmente, para além do Campus de Santarém, destaca-se a participação virtual da coordenadora do projeto no Fórum de Extensão do IFPA 2022 na Mesa Redonda intitulada “A criação do Observatório de Gênero e Diversidade Sexual no IFPA” organizada pela Pró-reitoria de Extensão (PROEX).

6 Através de uma caixinha de perguntas construída por discentes engajadas no projeto foram trazidas pelo público diversas questões sobre violência de gênero, contornando-se a timidez observada como característica de nossa comunidade.

No quadro em que este projeto de extensão foi desenvolvido, no 2º semestre de 2022, se destacaria no IFPA a constituição de uma política institucional fomentadora da abordagem das questões de gênero e sexualidade com o processo de criação e estruturação dos Núcleos de Estudos de Gênero e Diversidades (NEGED) através da Resolução n.º 706/2022 (CONSUP/IFPA).

Tal política tem se instituído recentemente como resposta à persistência da violência sexual e de gênero no espaço acadêmico e face à “percepção pelos estudantes da total ausência da instituição no combate a este tipo de violência no seu ambiente” (COMIN, 2022, p. 69), em que se verifica a demanda estudantil de superação deste quadro, haja visto que os estudantes do IFPA “julgam ser importante tratar do tema violência de gênero e assédio no ambiente escolar”, conforme aponta Comin (p. 70).

Destaca-se também que tal política é pensada na esteira da ampliação das políticas de ações afirmativas no IFPA com a atuação dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) em prol de uma Educação para as relações étnico-raciais na instituição desde 2017. De modo convergente, a cidade de Santarém/PA (onde nos situamos) instituiria a Semana Municipal da Consciência Negra e de Ação Antirracista com a Lei Municipal n.º 21532/2022, destacando um aspecto conjuntural do IFPA na atualidade favorável ao combate as violências relacionadas às questões étnico raciais e de gênero e sexualidade.

Assim, o projeto de extensão *Diálogos Interseccionais da Educação sobre questões étnico-raciais, de gênero e sexualidade e da condição juvenil no Baixo Amazonas* buscou oportunizar aprendizados de modo articulado às demandas constituídas pelos sujeitos coletivos nas lutas sociais travadas nesta região, em que se inclui a Educação e o próprio IFPA, de modo a fortalecer uma perspectiva emancipatória das políticas educacionais.

O objetivo de promover junto à comunidade santarena espaços de problematização das questões étnico-raciais, de gênero e da condição juvenil, possibilitando o diálogo de diversos agentes - como núcleos de pesquisa, órgãos de promoção de direitos e outros, contou com parcerias relevantes - a exemplo da Comissão de Diversidade Sexual e Gênero da OAB/Santarém. Paralelamente, buscamos manter o diálogo com outros *campi* do IFPA no que se estruturaria na instituição neste período como Observatório de Gênero, bem como buscamos articular no *Campus* IFPA Santarém uma rede com vistas a consolidar o Núcleo de gênero e Diversidade Sexual (NEGED)<sup>7</sup>, como forma de integrar esforços de promoção de

---

<sup>7</sup> Logramos êxito nesta consolidação no 1º semestre de 2023, quando o NEGED Santarém foi formalmente constituído.

uma cultura de respeito à diversidade e de combate à múltiplas formas de opressão na região do Baixo Amazonas.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. Juventude e sexualidade (Miriam Abramovay, Mary Garcia Castro e Lorena Bernadete da Silva). Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência, gênero e poder: múltiplas faces. In.: Mulheres e violências: interseccionalidades / Organização Cristina Stevens, Susane Oliveira, Valeska Zanello, Edlene Silva, Cristiane Portela, Brasília, DF: Technopolitik, 2017, pp. 14-35.

CARMO, Jefferson Carriello do. Institutos federais de educação, ciência e tecnologia no contexto das novas formas de trabalho e educação. Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v.24, n.3, pp. 91-103, set-dez/2015.

CASTRO, Edna R. Amazônia na encruzilhada: saque colonial e lutas de resistência. In: Castro, Edna R. (Org.) Territórios em transformação na Amazônia - saberes, rupturas e resistências. Belém: NAEA, 2017, p. 19-48.

COMIN, Cristiano. Violência de gênero nos cursos técnicos integrados ao ensino médio em dois *campi* do IFPA. Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Instituto Federal do Pará *Campus* Conceição do Araguaia, 2022.

PEÇANHA, Valéria Lopes. Revisão bibliográfica sobre a temática da participação política da juventude nas pesquisas em educação de 2007 a 2017. Cadernos de Pós-graduação, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 181-192, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/cpg.v21n2.22206> .

\_\_\_\_\_. A juventude como sujeito da Educação: análises e práticas. In.: Araújo, Marcelo da Silva. (Org.) Além da Sala de Aula: reflexões e práticas pedagógicas na Educação Básica. Divinópolis: Edição do Autor, 1ª ed, 2017, pp. 23-43.

PEÇANHA, Valéria Lopes; FERREIRA, Clara do Amaral; PEREIRA, Ana Flávia Braga. A abordagem do combate à violência contra a mulher na Extensão do IFPA Campus Santarém. Trabalho apresentado na X SIEPEX - Semana Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFPA Campus Santarém (Banner).

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. Sociedade e Cultura, v. 11, n. 2, jul/dez. 2008, pp. 263-274.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre. V. 20, N. 2, pp. 71-99, 1995.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder: Um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), V. 05, N. 1, Jan.-Jul., 2019.

## ANEXOS

# 8º ENASEB

IMAGEM I:

**INSTITUTO FEDERAL**  
Pará  
Campus Santarém

**PALESTRA**

*"Direitos das mulheres e o combate à violência de gênero"*

**Josélia Portéglio**  
Advogada e representante da OAB

**Diany Brelaz**  
Assistente Social  
Fundação Pará Paz

**Gilmara Bruce**  
Advogada e representante da OAB

10 as 12h  
14 as 16h

Auditório IFPA - Santarém

26/09/2022

REDES SOCIAIS [f ifpasantaremoficial](#) [ifpasantarem](#) [IFPA Santarém](#)

IMAGEM II:



IMAGEM III:

# 8º ENESEB

**PALESTRA**

25 NOV 2022  
das 9h - 12h



**Tema: Educação antirracista e gênero na Amazônia**

COM: Prof. Dr. Alan Augusto Moraes Ribeiro  
(ICED - UFOPA)

LOCAL: Auditório do IFPA

 INSTITUTO FEDERAL  
Pará  
Campus Santarém

Redes Sociais: [f ifpasantaremo oficial](#) [i ifpasantarem](#) [v IFPA Santarém](#)

IMAGEM IV:

